

## PRÁTICAS DA ESCRITA DE CORRESPONDÊNCIAS EM SANTA CATARINA, NOS ANOS DE 1937 A 1945<sup>1</sup>

*Marlene de Fáveri<sup>2</sup>*

**Resumo:** Esta pesquisa analisa correspondências recebidas pelo Palácio do Governo, entre 1937 e 1945, onde constam cartas e abaixo-assinados, existentes nos acervos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Analisadas e interpretadas à luz dos métodos da história, estas cartas mostram que os populares se dirigiam aos governantes com narrativas de exaltação à pátria, de forma parcimoniosa e suplicante, eivados do imaginário da época que promovia a aproximação dos líderes com as massas. Percebe-se nessas relações e práticas sociais que permeiam a etnia, a geração, as relações de gênero, a classe, pedidos de clemência que perpassam a nacionalização forçada e a Segunda Guerra no Estado catarinense.

**Palavras-chaves:** correspondências; Estado Novo; Santa Catarina; relações de gênero.

**Abstract:** This research analyzes correspondence received by the state government between 1937 and 1945, from letters and petitions held in the public records office of the state of Santa Catarina. When analyzed and interpreted under the light of history, these letters show that the people directed narratives to their governors exalting patriotism in a parsimonious and suppliant way, fevered by the imagery of the age that promoted the approximation of the leaders with the masses. Appeals for clemency can be seen in these social relationships and practices that permeated race, generations, gender relations and class, that

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com a participação das bolsistas Daisy Fernanda Alves Fernandes e Julia Scherer, Curso de História, UDESC/FAED – Programa PIBIC, 2004.

<sup>2</sup> Doutora em História, Professora do Departamento de História – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

bypassed enforced nationalization and the climate of the Second World War in the state of Santa Catarina.

**Keywords:** Correspondence; New State; Santa Catarina; gender relations.

Este artigo trata da análise de fontes documentais da ordem do cotidiano, mais especificamente as correspondências redigidas por homens e mulheres, os quais residiam no Estado de Santa Catarina, e dirigidas aos governantes, no período do Estado Novo. Compulsadas estas fontes, e interpretadas, possibilitam perceber o imaginário popular que se fazia presente naqueles anos, quando o trabalhismo era o mote de sustentação do regime de Vargas, e efetivamente aparecia nas narrativas, evadas de sentimentos patrióticos e recorrências ao ideário da época. Mulheres e homens as escreviam e, neste rico material epistolar, foi possível perceber o lugar social em que estavam inseridos, ou seja, as classes populares, bem como a etnia dos escreventes, na grande maioria de descendência étnica européia, momento em que sobre esta recaía a parte mais substancial da repressão por motivos políticos. Aparece também a geração na medida em que são homens e mulheres a escrever em nome dos filhos, da família, e, nas súplicas, demarcavam-se papéis sociais, evidenciando possibilidades de interpretação também para as relações de gênero como categoria de análise.

Pesquisas históricas que analisam relações sociais através da escrita de correspondências são um campo ainda pouco explorado, entretanto, desde a última década do século XX, vêm-se intensificando olhares sobre escrituras cotidianas e práticas epistolares das pessoas comuns, ou escritas ordinárias, abrindo um rico campo para os estudos sobre funções culturais da escrita na sociedade letrada que se desenvolve a partir do século XIX. A escrita epistolar passa a ser preciosa fonte para os historiadores, porque possibilita perceber códigos, práticas e linguagem de uma determinada época, as condições de produção, a quem se destinam e o que querem enunciar, bem como imagens e representações. Ângela de Castro Gomes enuncia que "(...) a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo" (GOMES, 2004:19).

Se a escrita é uma forma de produção da memória, e a carta em si, papel dobrado e envelhecido muitas vezes, consiste em artefato cultural possível de ser interpretado enquanto fonte e que foi guardada por alguém – sim, “o encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o ‘outro’ a quem se destina a carta e que passa a ser o seu proprietário” (GOMES, 2004:19). Cabe a quem lê a decisão de guardar, deixar o registro – “os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito qual misterioso decreto dos deuses”, disse Marc Bloch sobre as fontes do historiador, “sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo, deriva de causas humanas que não escapam à análise” (BLOCH, 2001:83), o que indica que um documento, neste caso as cartas, não estão ali sem intenção: alguém as guardou, e que deve ter feito a própria seleção. Com essa assertiva, as correspondências encontradas nos arquivos e que ora analiso, ou cartas de populares enviadas a homens do poder público, não devem estar isentas de uma prévia seleção, ainda mais que os documentos oficiais sofrem descartes expressivos, dependendo deste ou daquele uso ou memória que permeia relações de poder.

Muito há ainda por se revelar das relações entre a população e seus governantes, interpretando as cartas reveladoras de “arquivos do cotidiano”, nas palavras de Peter Burke (BURKE, 1996:187). Em Santa Catarina, no período aqui pesquisado, constitui-se um trabalho inédito com fontes preciosas e ainda não analisadas; problematizá-las permite revelar práticas do privado, publicizadas na medida em que as pessoas comuns remetiam aos governantes. Mostram estas correspondências que a prática de utilizar papel e tinta não é exclusivo das camadas dominantes, mas, como também analisou Burke: já no século XVIII, “a correspondência privada existe nas classes populares; ela é autorizada e encorajada pelo desenvolvimento das relações postais” (BURKE, 1996:185).

Interpretar estas narrativas é dar-lhes sentido, descortinar relações até então submersas e dar visibilidade a outras histórias inscritas na cultura política, ampliando a compreensão sobre práticas que mostram o acesso à linguagem, e, neste caso, num tempo em que a nacionalização forçada e a repressão aos imigrantes ligados aos países do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, reduziu esta forma de sociabilidades entre os imigrantes, mas ao mesmo tempo oportunizou outras possibilidades de contato direto com os governantes e seus

assessores. Interpretar estas narrativas é também perceber os imaginários sociais, os quais permeavam relações de poder, relacionados às experiências do controle da propaganda e dos meios de comunicação (CAPELATO, 1999), tendo como aporte a perspectiva de Bronislaw Baczko, para quem os imaginários se constroem nos sistemas de representações, nunca são ilusórios, e são resultados do poder simbólico exercido num dado momento e lugar (BACZKO, 1985). As correspondências enviadas aos governantes podem ser “lidas” à luz de um vasto sistema de representações que, no contexto, aparecem como cultura política.

Afinal, quem escreve uma carta espera uma resposta: assim os populares de diferentes etnias, classes, gerações, posições de gênero remetiam suas súplicas e pedidos aos governantes, esperando que as atendessem. Mulheres e homens do Estado catarinense, naqueles anos que configuraram o Estado Novo, escreveram aos governantes com os mais diversos pedidos, mostrando que o cotidiano estava sendo vivido com tensões, entremeados aos noticiários que produziam a imagem de inimigos – para a polícia política, os estrangeiros dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), bem como seus descendentes, representavam o inimigo, presente na forma de espião ou aquele que professava doutrinas nazi-fascistas. Por outro lado, a escolarização forçada da língua nacional fez com que as subjetividades aflorassem, e, proibindo as línguas “eixistas”, o Estado fez acionar uma caça aos incautos palestrantes na língua dita do inimigo.

Estas correspondências expressam imagens e impressões para a forma como homens e mulheres se relacionaram com os governantes, e isso num momento em que o ideário projetava um discurso de sociedade homogênea, harmônica e civilizada. As condições de produção destas narrativas estão entremeadas ao contexto e à percepção de imaginários sociais, dentro de um sistema de relações estabelecidas entre os governantes e a população. É bom lembrar que são “as correspondências na sua inteira constituição, como prática social, como acontecimento que participa de um fenômeno histórico, e não como mensageira ou portadora de algo acontecido fora de si” (SALOMON, 2002:11), são produtos de determinada época; narrativas discursivas de um tempo e lugar e escritas por pessoas de carne e osso que por algum motivo derramaram letras num papel em branco.

Os arquivos as guardam, sim. Se não todas as correspondências recebidas – jamais saberemos a quantas andou a seleção logo após o Estado Novo, com as mudanças políticas e interesses muitos –, foi possível encontrar arquivadas as missivas, misturadas a outros documentos, muitas vezes dispersas em vários livros, e classificados como Ofícios Recebidos de Diversos ao Palácio do Governo, Recebidos do Departamento de Autônomos, bem como Cartas Recebidas dos Ministérios, constantes dos acervos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, uma parte manuscrita, outra dactilografada. Dar um sentido e interpretar historicamente significou debruçar-se sobre estas bem ou mal traçadas linhas.... Para este artigo, foram selecionadas algumas correspondências que foram enviadas por populares solicitando algo para si, para a família ou para a comunidade, endereçadas a homens do poder público (Interventores, Ministros, Secretários de Estado, Militares).

Compõem-se de cartas de populares, homens e mulheres, sobre os mais variados assuntos, em fases que mostram os meandros da política e do imaginário popular: de final de 1937 até os anos de início da Segunda Guerra, aparecem mais solicitando escolas, troca de professores, denúncias de professores considerados “germanófilos”, abertura de estradas, dentre outros pedidos; a partir de 1942, com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, multiplicam-se as cartas que chamo de “cartas da guerra”, ou seja, pedidos de retorno ao emprego, já que demitidos devido sua origem étnica; pedidos para soltura de presos políticos (lembro que a repressão, através do Departamento de Ordem Política e Social, fez prisões em todo o Estado, enviando muitos homens para campos de concentração no Estado – campos de Trindade, em Florianópolis, e Oscar Schneider, em Joinville – e para cadeias locais); pedidos para retorno à residência (uma lei levou os estrangeiros a serem transferidos do litoral para o interior, para campos de confinamento ou afastamento), bem como denúncias de vizinhos, policia, padres, enfim, um contexto que permitia que as pessoas pudessem se expressar e denunciar um suposto inimigo (FÁVERI, 2004).

A campanha de nacionalização de ensino encampou a construção de imaginários sociais em torno da pátria una, baseados na idéia de trabalho, família e nação. Os discursos que circulavam na sociedade brasileira e catarinense primavam pela obediência e pelo

hábito do trabalho, traduzindo a garantia de engrandecimento da nacionalidade brasileira e do progresso da nação. Durante o governo Nereu Ramos, em Santa Catarina, a escola foi utilizada como instituição promotora da integração dos indivíduos à produção (CAMPOS, 1999:153). A escola era o lugar propício para disseminar o espírito da brasilidade, fundamentalmente voltada para a construção e afirmação do amor à pátria e a formação do caráter cívico, fazendo penetrar a voz do poder no espaço privado, ditando regras e impondo novas formas de conduta voltadas a produção de corpos dóceis e úteis (VENERA, 2003) com sentimentos nacionalistas de raça e honra nacional. Dessa forma, a brasilidade deveria garantir a integridade do Estado Nacional em torno da unidade. Nesse sentido, o investimento em fechar escolas bilíngües ou “estrangeiras” para dar lugar a escolas nacionais fez sulcar sentimentos de perda das raízes culturais das colônias, mas também o desejo de escolarizar os filhos e assim a garantia, por parte dos estrangeiros e descendentes, de inserir-se na comunidade nacional. Disto tratam as cartas.

Já as “cartas da guerra” mostram um cotidiano tenso e embrenhado em disputas étnicas e políticas, momento da desforra de muitos “nacionais” que se arvoraram do patriotismo reinante para fazer denúncias, já que era então permitido e mesmo louvado que se as fizessem – a imprensa da época, totalmente atrelada ao ideário Varguista, fazia voz a estas denúncias, publicando ostensivamente prisões e espionagem, formando um imaginário de medo e provocando revanchismos. Mulheres e homens escreveram cartas, recorrendo aos governantes na tentativa de obter a possibilidade de retorno dos homens detidos em prisões políticas, ousadas já que o momento era de medo para as famílias destes presos. Outras cartas reclamam dos maus tratos das ações da polícia, da apreensão indevida dos aparelhos de rádio, livros, fotografias, bens materiais e objetos afetivos (FÁVERI, 2004).

Durante a Segunda Guerra Mundial, no Estado de Santa Catarina houve forte repressão aos estrangeiros e descendentes ligados aos países do Eixo, sendo que sua língua, costumes, contatos com a terra natal foram fortemente proibidos por leis e decretos, dentro da ideologia de nacionalizar a qualquer custo. Estas normatizações foram vivenciadas de forma bastante drástica, dada a sua colonização e o número de estrangeiros que viviam nas colônias e cidades, obviamente com muitos descendentes brasileiros, mas que carregavam o nome, a

cor da pele, o sotaque/língua de seus países de origem, notadamente italianos e alemães. Homens e mulheres vivenciaram um cotidiano de tensões e medo, e utilizaram estratégias sutis na tentativa de escapar de sanções, fosse esta a prisão, a demissão, ou o afastamento de casa.

Faz-se mister lembrar que o Estado Novo não pode ser caracterizado por uma doutrina oficial homogênea, mas com a presença de variações significativas, o que não impede que um conjunto de idéias centrais caracterize esse projeto político. Tratava-se de construir o espírito de nacionalidade na sociedade brasileira, utilizando-se para tanto da produção e divulgação desse projeto político através do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, nos mais variados instrumentos de comunicação de massa: rádio-difusão, imprensa, cinema, turismo, teatro, etc. Isso demonstra o alto grau de intervenção do Estado Novo nos processos de comunicação social e a implementação de um projeto político destinado a se afirmar como socialmente dominante. Na visão de Capelato, a propaganda política enfatizava a busca de harmonia social e a eliminação de conflitos, cujas mensagens indicavam a construção de uma sociedade fraterna, via Estado, e com base nessa utopia criou-se a imagem da sociedade coesa e unida em torno do líder (CAPELATO, 1998:58). Assim, o objetivo do DIP era difundir amplamente a imagem do novo regime que se instalara em novembro de 1937 e de combater a veiculação de todas as mensagens que lhe fossem contrárias. A política de propaganda do governo Vargas funcionou como meio de aproximar as autoridades governamentais do povo. Assim, muitas pessoas se encorajaram a manter contato direto com os governantes, se não podiam fazê-lo pessoalmente, utilizavam-se das cartas, e efetivamente as enviavam.

Nos anos da guerra, estrangeiros e descendentes eram sumariamente demitidos dos cargos e empregos por força de lei<sup>3</sup>, dada sua origem étnica (suspeitos de traição, espionagem, ou como prevenção). Encontrei cartas como a de Alfredo Del Priore, de 42 anos e natural da Itália, morador de Imbituba (a 150 km da capital

<sup>3</sup> Decreto-lei n. 4.638, de 31/08/1942 – Art. 1º – Fica facultativo aos empregadores o direito de rescindir os contratos de trabalho com estrangeiros. Súditos (...); Art 2º – (...) é lícito a suspensão dos empregados. Art. 3º – (...) será pago indenização (...). Coleção de Leis de 1942. Volume III – abril a junho. Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. APESC.

catarinense, ao sul), trabalhador da Cerâmica Henrique Lage já havia 15 anos. Tendo sido demitido e afastado da cidade por força da lei (condição de estrangeiro), escreveu extensa carta ao Comandante da 5ª Região Militar, em 1º de dezembro de 1942, na esperança de ser ouvido: “Excelência, a minha senhora é brasileira e meus filhos também, e é doloroso assistir ao espetáculo angustioso desses cinco inocentes que imploram o retorno do pai que lhes traz pão, trabalho e sossego”.<sup>4</sup> A carta foi escrita por um homem que se viu na iminência do desemprego e a impossibilidade de prover a família – percebe-se que, no ideário da época, “ser homem” seria não deixar a família à mercê, mas a proteger, alimentar, e trabalhar para seu sustento, ou o trabalho como valor e sinônimo de dignidade. Ou seja, o trabalho tido como virtude e que liberta o homem do mundo da natureza e lhe garante a condição de ser livre; é privação, obrigação e renúncia, maldição na concepção mais clássica (“ganharás o pão com o suor do teu rosto”, segundo Gênese). Para Hannah Arendt, o trabalho é o mundo da vida ativa, atributo da condição humana, espaço da fronteira entre homem e natureza, entre a existência coletiva e individual; espaço que corresponde ao artificialismo: o trabalho, e seu produto, têm o caráter efêmero do tempo humano. Porém, é exigência da existência humana que o trabalho supra as necessidades (ARENDDT, 1987).

Nos anos de 1930 e 1940, ser cidadão era ter direitos sociais, ter carteira de trabalho e estar moralmente dentro da concepção dos direitos e deveres para com o Estado, numa relação contratual entre o presidente e o povo – ‘povo’ tido como coletivo e abstrato. Alfredo buscou no argumento de que, “sem probabilidade de melhorar a situação, dada a especificidade de minha profissão”, ficaria ainda impossibilitado de buscar uma vida melhor para si e sua família, desonrado e não reconhecido como bom trabalhador. Ser homem, no que fala Alfredo, seria ser provedor, patriota, protetor dedicado - na sua narrativa, sua vida pautava-se no “amor de dedicação que devoto a minha família composta de minha senhora Ondina Cardozo e quatro filhos, todos legítimos brasileiros”. A brasilidade era, no momento da

---

<sup>4</sup> Carta (cópia) de Alfredo Del Priore, Imituba, ao Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, em 01 de dezembro de 1942. Ofícios Recebidos do Ministério da Guerra – 1941/42. Palácio do Governo. APESC.



escritura desta missiva, um argumento importante, e provar o patriotismo era também dar filhos à Pátria, suprir de homens e mulheres que fortalecessem o futuro da nação, educados dentro dos preceitos morais e nacionalistas. O fato de ser homem e não poder exercer o papel de provedor do lar, de acordo com o modelo ideal, desfavorecia sua conduta e o colocava numa situação de impossibilidade nas expectativas de bom cidadão.

Noutra carta, agora de Pilade Sensi,<sup>5</sup> italiano e também de Imbituba, este recorreu ao Interventor do Estado para recuperar o emprego do qual fora demitido, dizendo ter “como predominante paixão: o trabalho, para o bem estar de meus filhos e da minha segunda Pátria adotiva”, inclusive com um filho já servindo ao exército nacional. Disse, nos seus argumentos: “Sou pobre e sem recursos: que será de mim e de minha Família que vive exclusivamente do meu trabalho? Sou um devotado da causa brasileira e em nome de meus filhos, que tudo esperam do pai, faço apelo aos sentimentos humanitários de V. Excia para que seja revogada essa ordem a meu respeito”.

Também José Seifert,<sup>6</sup> 41 anos, alemão naturalizado e morador de Coqueiros/São José, encaminhou carta ao Ministro de Estado e Negócios Interiores, em 23 de julho de 1940. Residindo no Brasil há seis anos e casado com uma brasileira, tinha ingressado na Força Policial em Florianópolis,<sup>7</sup> mas demitido por sua origem étnica, impedindo-o “não somente para garantir o pão, como o futuro dos meus filhos”, escreveu. Seus argumentos diziam: “sou um brasileiro naturalizado que falo e escrevo com desembaraço o idioma do País, sou casado com uma brasileira e pai de 7 filhos brasileiros, assistindo-me o direito de amar e me sacrificar pelo Brasil”, além de que “sou de boa conduta social”. Seifert implora retorno ao cargo de que fora demitido e diz

---

<sup>5</sup>Carta de Pilade Sensi, Imbituba, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 12 de setembro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

<sup>6</sup> Carta (cópia) de José Seifert, Coqueiros, São José, a Francisco Campos, Ministro de Estado e Negócios Interiores, Capital Federal (Rio de Janeiro), em 23 de julho de 1940. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1935/1940. Palácio do Governo. APESC.

<sup>7</sup> Através da Constituição de 1937, o Presidente dispunha de plenos poderes, legislativos e executivos; era-lhe permitido também demitir e transferir funcionários, reformar e afastar militares que representassem ameaça aos “interesses nacionais”.

faze-lo “não tanto por mim e por minha mulher, mas, por sete filhos menores, sete brasileiros que algum dia poderão ser úteis ao Brasil”, e, na busca de tocar o coração do destinatário, clama por justiça já que este “têm ouvido e amparado os pequenos nos seus justos anseios de justiça (...) que não é surda aos clamores dos pequenos e humildes”, ainda mais um homem pobre que “que por amor ao Brasil se tornou brasileiro e já deu a Nação sete filhos brasileiros”.

Estas cartas retratam as relações da época com os governantes: a família como valor precioso, os filhos educados nos preceitos de brasilidade e patriotismo, o sacrifício pelo país, e o bom governante, aquele que ampara, é justo, não abandona seus filhos. É honrado o cidadão que protege e provê sua família, é responsável e não falta com seus compromissos; a conduta como valor imprescindível para um bom cidadão.

Mas, as mulheres também escreviam: Dilma Dias suplicava ao Interventor Estadual por um cargo de datilógrafa em qualquer Repartição do Estado, alegando não ter recursos para sustentar sua família, como mostra nesta narrativa:

Tendo em vista os sentimentos de bondade com que Vossa Excelência vem atendendo a falta de recursos do povo pobre da nossa terra, e, tendo também em vista a necessidade em que ficamos eu, minha mãe e minhas irmãs com a morte de meu pai José Dias, Segundo Sargento da Força Pública e sendo eu possuidora de um certificado de datilografia daí a razão desta no sentido de merecer a proteção de Vossa Excelência.<sup>8</sup>

Dilma se diz merecedora da proteção, e, neste sentido, cabe mencionar a importância das imagens veiculadas de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”, ideário que atribuía aos pobres uma importância significativa, já que o projeto político intentava recuperar esse grupo social através do trabalho, como mostra Jorge Caldeira:

A construção da imagem do Estado Novo foi feita, de um lado, pela divulgação da idéia de um Estado autônomo, técnico e racional,

---

<sup>8</sup> Carta de Dilma Dias, Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1939. Ofícios Recebidos de Diversos – 1939. Palácio do Governo. APESC, p. 260.

o único capaz de conduzir a Nação pelos caminhos do progresso. Estes conceitos, abstratos demais, eram traduzidos, entre a população de trabalhadores urbanos, pela divulgação da imagem de um governo benevolente, preocupado com os pobres e que havia instituído a legislação trabalhista. Tratava-se de evocar uma emoção e, para isso, era preciso um personagem, que foi o de Getúlio Vargas. A nação com ele se identificou: para ela ser forte, era preciso que o ditador fosse forte (CALDEIRA, 1998).

Estes apelos aproximam-se da política de valorização da família apregoada pelo Estado Novo, quando em torno do ideário de que o Brasil era uma “grande família”, excluía-se os dramas particulares em nome do corpo/nação/pátria, na tentativa de incluir todos na grande marcha para o futuro (LENHARO, 1986), muito embora essa política tivesse limites advindos dos embates e interesses ideológicos e econômicos. Se o Estado se mostrava então soberano, abstrato, inatingível, esquadrinhador, as pessoas que o geriam disputavam idéias, relações, poderes, e sujeito a interesses pessoais e políticos. Michel Foucault mostra essa dispersão ou descentralidade do poder do Estado, as táticas dos governos que redefinem o tempo todo os limites, enfim, a própria governamentalidade (FOUCAULT, 1979). A ideologia do trabalhismo era personificada no pai que presenteava os trabalhadores com realização nas áreas da política social, tanto que a comemoração do Dia do Trabalho ocorreu pela primeira vez em 1º de Maio de 1938, quando foi anunciada pelo presidente Vargas a lei do salário mínimo (que entrou em vigor em 1941) comprometendo-se, a partir de então, a presentear os trabalhadores nessa área. De 1942 a 1945, Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, falou semanalmente aos “Trabalhadores do Brasil”, numa iniciativa bem elaborada e com o objetivo maior de “divulgar a legislação trabalhista do Estado Novo” (GOMES, 1988: 230). Este investimento no trabalhador permeava o imaginário, e só com o trabalho o homem tornava-se digno.

Em 2 de outubro de 1938, quando José Svobada, 52 anos, brasileiro naturalizado e natural da Tchecoslováquia, vivendo no Brasil há 26 anos e morador de Joinville, escreveu para o Interventor do Estado, Nereu Ramos, dizendo que “(...) dirigi uma escola primária, particular, no lugar denominado Gruger Novo no município de

Joinville e como todas as escolas devem ser registradas, não me foi permitido continuar a dar aulas, não sendo um brasileiro nato e que o Inspetor Escolar intimou-me a fechar a escola, o que fiz”.<sup>9</sup> Ao longo da carta, José fez um contundente apelo: sustentava a esposa com 66 anos, brasileira nata e muito doente, disse ter se esmerado na educação das crianças, “nunca trabalhei para uma nação estrangeira, mas pela Pátria e pela humanidade”, e confiando no “caráter justiceiro” do Interventor, queria continuar a trabalhar na escola.

A carta de José mostra os reflexos que a nacionalização do ensino estava causando em sua vida, põe aspectos da vida privada em público, nas suas angústias e apreensões – com a escola que dirigia fechada, ele, um professor naturalizado brasileiro, com 52 anos de idade, onde iria encontrar emprego, já que não era mais um trabalhador do qual o país esperava retorno? Esta carta mostra também um atributo do masculino: sustentar a esposa adoecida, enfatizando ser ela “brasileira nata”, ao que o governante deveria condoer-se – sentir a dor dele e com ele – atributo de um pai que não desampara seus filhos. O recurso utilizado é o mesmo que aparece em outras missivas, ou seja, o pai/marido deve proteger a família, e o governante, como bom pai/protetor, deve ser honrado e provê-lo de um emprego.

Encontrei a carta de Olavo Cassiano de Medeiros<sup>10</sup> endereçada a Nereu Ramos, onde solicita o cargo de mestre das oficinas de artes gráficas do Liceu Industrial de Florianópolis, alegando que o funcionário que exercia o referido cargo havia se aposentado, e queria a vaga. Ao escrever a carta, Olavo esperava que o governante o atendesse, justaposto num regime que pautava-se na veiculação de imagens de integração do trabalhador brasileiro ao sistema produtivo nacional – se a civilização e o progresso eram um produto do trabalho, era mister que o escrevente não ficasse sem o emprego.

O cerne do projeto político do Estado Novo se autodefinia como uma democracia social que organizaria a sociedade brasileira pela via do poder político. Era preciso integrar o trabalhador brasileiro ao sistema produtivo nacional, dando assistência social à população.

<sup>9</sup> Carta de José Svoboda, Joinville, a Nereu Ramos, Florianópolis, em 2 de outubro de 1938. Ofícios Recebidos de Diversos ao Palácio do Governo. APESC.

<sup>10</sup> Carta da União Beneficente e Recreativa Operária, Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1937. Ofícios Recebidos de Diversos – 1937. Palácio do Governo. APESC, p. 263.

Dessa forma, deveria abraçar o ideal de respeito ao trabalho, como meio de valorização do homem. Era preciso atribuir ao trabalho um valor positivo. Assim, o cidadão desta nova democracia identificava-se por seu trabalho produtivo e pela posse de direitos sociais e, na contrapartida, o governo teria como meta o enfrentamento da questão social.

Assim, envolvidas por um ideário de trabalhismo e engrandecimento da pátria, pessoas se dirigiam ao Interventor Nereu Ramos, como por exemplo, a carta assinada por sessenta e oito homens, dentre eles, fazendeiros, proprietários, negociantes e colonos, que se diziam representantes do povo do Distrito de Herciliópolis, município de Cruzeiro (hoje Joaçaba), requerendo a construção da estrada que encontrava a rodovia São João – Dionísio Cerqueira, justificando que, dessa forma, fariam circular a riqueza pastoril e agrícola da região.<sup>11</sup> Ângela de Castro Gomes mostrou que o trabalhismo foi um marco desta relação direta do governante com os populares (GOMES, 1988), e, neste caso, ao escreverem direto ao interventor e com as palavras com que o fizeram, os homens estavam imbuídos de que a estrada traria trabalho e riqueza àquela região, elemento fundamental para o projeto político do período, que se pautava no progresso e na civilização nacional e no alargamento de fronteiras – o Oeste a ser desbravado, ocupado, civilizado. Aparecem muitas cartas e abaixo-assinados com pedidos de abertura e melhoramentos de estradas, evidenciando este ideário. Outros pedem a instalação de energia elétrica, como o fizeram os abaixo-assinados, datado de 13 de agosto de 1941, onde cinquenta e dois moradores da Rua Lages, em Florianópolis, apelam para o espírito de justiça do Interventor Nereu Ramos, no sentido de ordenar à repartição competente para que fosse fornecida, diariamente, energia elétrica à rua mencionada, pois

[...] Confiante nos atos de verdadeira justiça que tornam o caráter e que Vossa Excelência saberá julgar o presente apelo tomando uma deliberação de acordo com as justas aspirações de uma população pobre, porém ordeira, que, na aquisição do pão de cada

---

<sup>11</sup> Carta de fazendeiros, proprietários, negociantes e colonos, Cruzeiro, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1940. Ofícios Recebidos de Diversos - 1940. Palácio do Governo. APESC, p.89.

dia, trabalha simultaneamente para o progresso do Estado, nos subscrevemos com o devido respeito e acatamento.<sup>12</sup>

Assim se faziam as narrativas, todas elevando o alto espírito de justiça do governante que, em nome dos pobres, deve provê-los, sempre. Este aspecto da cultura política estava impresso no discurso homogêneo, harmônico e disciplinado, que mexia com os imaginários sociais nacionalistas e patrióticos. Todas as preocupações convergiam para a construção da nacionalidade e a preparação para atender às exigências do processo produtivo. O Estado moderno precisava humanizar-se, para tanto, precisava integrar-se à vida popular, dando assistência social e dignidade ao homem.

Em 28 de fevereiro de 1942, o morador de Porto Belo, Zeferino J. da Costa, Coletor Provisório, escreveu para o Interventor dizendo ser “confiante no espírito de justiça com que V. Excia costuma atender aos justos apelos das classes pobres, que me atrevo vir a sua presença, para expor e solicitar...”.<sup>13</sup> Zeferino narrou que há mais de quatro anos vinha exercendo o cargo cujo salário era insuficiente para sustentar a família, e disse sentir-se injustiçado, pois, “tenho empregado durante esse tempo, o maior esforço no sentido de elevar a renda estadual deste município”, logo, entende ser justo reclamar, já que trabalha para aumentar a renda pública. A este argumento, acrescenta ainda que “V. Excia. se digne nomear a minha filha Áurea Costa, complementarista, para Auxiliar de Escrita desta Coletoria”. Percebo que relações permitem este tipo de pedido, e o missivista deveria esperar a benevolência do governante em atender aos “apelos das classes pobres”. Se era possível fazer pedidos, porque não seria de indicar parentes para os cargos?

Num outro comunicado, assinado pelo Escrivão de Paz José Zadorosny, de Papanduva, ao Interventor do Estado, de 9 de maio de 1941, assim se expressa:

---

<sup>12</sup> Abaixo assinado de moradores da Rua Lages, Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1941. Ofícios Recebidos de Diversos – 1941. Palácio do Governo. APESC, p. 179.

<sup>13</sup> Carta de Zeferino J. da Costa, Coletor Estadual provisório, Porto Belo, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 28 de fevereiro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos - 1942. Palácio do Governo. APESC, p. 30.

Comunico a V. Excia que, no dia 7 do corrente mês, o professor provisório da escola de “Guaraní- Papanduva”, no município de Canoinhas, Sr. Antônio Candinho Filho deixou de lecionar, seguindo de mudança, para o Rio de Janeiro, onde, segundo o mesmo me afirmou, arranhou um emprego regular.

Atendendo ao pedido de paes dos alunos, penhoradamente, rogo a v. Excia, caso seja possível, nomear para a referida escola que se acha vaga, a minha cunhada Snrta. Genoveva Réva.<sup>14</sup> (grafia mantida).

Nota-se que o escrevente aproveitou a oportunidade que para comunicar, solicitar e indicar, tudo numa única correspondência, estabelecendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – pode-se interpretar os reflexos de uma política paternalista nas relações locais, fato que se nota em outros pedidos similares.

Se o trabalho e as estradas estavam nas missivas remetidas pela população, a escolarização dos filhos era outra preocupação que estimulava os populares a resolver seus problemas através de correspondências. Na carta manuscrita pela viúva Maria da Glória Ramos, esta solicitava matrícula no Colégio Sagrado Coração de Jesus para sua filha Rosaura Ramos, ambas de São Francisco do Sul, dizendo que “justiça seja feita na terra dos altos corações da pátria querida o Brasil, que muito espera dos seus dignos homens de valor, e continua a formar outros valores nos estabelecimentos de educação e civismo”.<sup>15</sup> Viúva, sentiu-se no direito de ser amparada pelos “homens de valor” e provedores – conceito de homem expresso na mais pura vertente naturalista, clara menção aos papéis de gênero construídos e cobrados nos anos de Vargas. Sabe ela que a escola é lugar de formar valores pátrios, e se exprime com palavras tocantes.

Já em uma outra carta,<sup>16</sup> datada de 28 de maio de 1938 e endereçada ao Interventor Nereu Ramos, está uma súplica feita por

<sup>14</sup> Comunicado de José Zadorosny, Escrivão de Paz, Papanduva, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 9 de maio de 1941. *Ofícios Recebidos de Diversos-1941*. Palácio do Governo. APESC, p. 113.

<sup>15</sup> Carta de Maria da Glória Ramos, São Francisco do Sul, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1938. *Ofícios Recebidos de Diversos - 1938*. Palácio do governo. APESC, p. 432-433.

<sup>16</sup> Carta de Luiz Eduardo Pinto, Florianópolis, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1938. *Ofícios Recebidos de Diversos - 1938*. Palácio do Governo. APESC, p. 139.

Luiz Eduardo Pinto, para que o mesmo continuasse os estudos na Escola de Aprendiz Artífices em Florianópolis, Santa Catarina, alegando “ser pobre”. Este é um argumento recorrente nos pedidos: a pobreza aparece sempre como uma contingência e os governantes deveriam dar conta e atender aos apelos dos governados, pois em seu nome o exercem. Claro é que isto não ocorria na prática, mas o imaginário construído refletia esta mensagem.

Com a nacionalização do ensino, e a partir de decretos (como o decreto-lei nº 88, de 31 de março de 1938), ações de fechar escolas particulares estrangeiras, abrir escolas “brasileiras” (em 1938, em Santa Catarina, forma fechadas 138 escolas) e substituir professores, estiveram na pauta das decisões governamentais, e isso mexeu decisivamente na maneira de viver e relacionar-se das famílias e da comunidade. Nas correspondências enviadas a Nereu Ramos aparecem muitos desses pedidos para reabertura de escolas relacionadas ao fechamento das escolas particulares, ou da disponibilização de professores.

Em 7 de junho de 1938, Pedro Niedrielski, presidente da Sociedade Escolar de Serra das Mortes, Canoinhas, envia uma carta manuscrita ao Interventor do Estado:

A sociedade escolar de Serra das Mortes, no Município de Canoinhas, não se podendo manter mais em virtude das exigências da lei em vigor, requer muito respeitosamente a V. Excia a criação de uma escola estadual visto haver mais do que 40 crianças em idade escolar, conforme prova com a relação acima, distando da Escola pública mais próxima 5 Km, e ter prédio escolar devidamente mobiliado que oferece para o funcionamento das aulas.<sup>17</sup>

Na mesma folha que Pedro utilizou para escrever ao Interventor aparecem, com letra diferente, os seguintes dizeres da interventoria: “De acordo com a solicitação ele informa que este ano foram criadas 3 escolas municipais, sem verba para instituição pública, (as crianças)

---

<sup>17</sup> Ofício de Pedro Niedrielski, presidente da Sociedade Escolar Serra das Mortes, ao Interventor Nereu Ramos, em 7 de junho de 1938. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1939. Palácio do Governo. APESC.



são encaminhados para escola estadual<sup>1</sup> de Barra Mansa”. Acompanhado e a este despacho, consta uma lista de crianças em idade escolar da localidade com assinatura dos pais (de 7 e 12 anos, e, pelos sobrenomes, podemos perceber que havia crianças de origem portuguesa, alemã e italiana). A carta de Pedro foi respondida, o que não era comum, já que são raras as respostas encontradas, com frase curta e dando ciência de que seu pedido fora negado.

De Blumenau, os moradores do Bairro Garcia pediam reabertura da escola estadual, pois o Grupo Escolar “Santos Dumont”, recém inaugurado, era muito longe para um grande número de crianças. Este pedido foi feito através de abaixo-assinado, em dezembro de 1940, com 59 assinaturas, na sua grande maioria de alemães.<sup>18</sup> Outra carta, assinada por 120 colonos de Guabiruba do Norte Alta (sobrenomes alemães e dois italianos), foi enviada ao Interventor estadual Nereu Ramos, em janeiro de 1942, os quais apelavam que o destinatário “considerasse sem efeito o ato de transferência do professor Carlos Boss (...) em virtude de o mesmo ter sabido cumprir com o seu dever, no largo período de sua gestão, desde a data de 01 de outubro de 1925 até a presente data”, e continuam:

Nós, os colonos abaixo mencionados, estamos convictos no justo critério de V. Excia., que saberá dar registro a um verdadeiro apelo, como vemos perfazer jus, ao lado das aspirações nobres do povo trabalhador catarinense.

Nessa expectativa, de antemão os nossos sinceros agradecimentos, expondo desde já, os francos préstimos para qualquer eventualidade futura.<sup>19</sup>

Apelando para o “bom senso” do governante, estes colonos entendiam que seriam atendidas as suas nobres aspirações, como trabalhadores ordeiros que eram, e, portanto, mereceriam a permanência do professor de seu agrado, ao mesmo tempo em que

<sup>18</sup> Abaixo-assinado dos moradores do Bairro Garcia, Blumenau, ao Interventor Nereu Ramos, em 4 de dezembro de 1940. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1940. Palácio do Governo. APESC.

<sup>19</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Guabiruba do Norte Alta, ao Interventor Nereu Ramos, em 15 de janeiro de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

prometem préstimos futuros – ou seja, uma troca de favores e justiça, nesta ótica, andariam juntas. É impossível saber se o Interventor lia estas cartas, mas pode-se conjecturar que talvez delas nem tomasse conhecimento. Não encontrei resposta; pelo menos não que conste dos arquivos. Era tempo de perseguição aos ítalo-germânicos, e os assinantes eram potencialmente esquadrihados pela sua origem étnica, duvida-se que o governante voltaria atrás na sua decisão já tomada.

Neste cotidiano exerciam-se as “artes de fazer” (CERTEAU, 1994) driblando os problemas da forma que podiam e tinham acesso, como também o fizeram treze colonos moradores de Alto-Paraguassú, Itaiópolis, num abaixo-assinado. Solicitavam, “em nome de toda a nossa povoação” que, “esperando a vossa benigna atenção, manifestamos-nos ardentíssimo desejo desta localidade de que toda a nossa população esteja quanto mais instruída”. Mas, como narram:

[...] muitos pais não estão em condições de mandar seus filhos para o nosso Colégio porque este é particular, e, portanto é preciso pagar. (...) V. Excia., pedimos respeitosamente que, em vista dos ótimos resultados que o Colégio, durante tantos anos nos deu, se digne transforma-lo em escola estadual, para assim mais facilmente fazer de nossos filhos verdadeiramente úteis à nossa Pátria.

V. Excia., pedimos licença para lembrar ainda uma promessa com que nos honrastes quando em visita no Paraguassú, em 1939. Naquela ocasião, a Irmã Superiora falou-vos sobre o assunto acima, tendo V. Excia. prometido transformar o nosso Colégio em escola pública estadual conquanto se arranjasse uma Irmã professora normalista. Agora o Colégio já possui-a, cujos papéis registrados acham-se no Departamento de Educação Pública, nesta capital.

Portanto, cremos firmemente que V. Excia. se digne atender nossa petição.

Desde já, agradecemos.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Alto-Paraguassú, Itaiópolis, ao Interventor Nereu Ramos, em 15 de abril de 1942. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1942. Palácio do Governo. APESC.

Nesta narrativa, vemos uma linguagem clara e com palavras cuidadosas, iniciando com um desejo que não poderia passar despercebido pelo destinatário: educar os filhos, instruí-los para serem “úteis à Pátria”. Noto que cobram uma promessa, e isso é rico na medida em que ousam fazê-lo, mesmo sendo uma comunidade de imigrantes/descendentes, pela grafia dos nomes assinados. Se estes colonos queriam a transformação do Colégio em escola pública, pedido justo e já prometido, os trinta abaixo-assinados, em dezembro de 1941, moradores de Bom Retiro, da comunidade de Salto Grande, solicitaram a Nereu Ramos que a diretora do Grupo Escolar Santo Antônio, Edith de Almeida Bernardes Ramos, e a professora Ligia Leal de Meirelles, permanecessem no estabelecimento.<sup>21</sup> E o fazem exaltando a justiça e benevolência do Interventor.

Em maio de 1943, sessenta e um moradores de Baixo-Salto, município de Nova Trento, na maioria italianos, dirigiram-se ao Interventor estadual para “pedir a Vossa Excelência se digne desculpar se por acaso, contra a vontade, lesaram no passado alguma lei ou decreto de Vossa excelência tão criteriosa e sabiamente emanador”, que nomeasse uma professora catequista, já que haviam sido exoneradas as que lá estavam. Argumentam:

E Vossa Excelência, que com razão de ufana do bom nome de católico, sabe melhor do que nós quanto importa para o bom andamento da vida pública uma sólida instrução religiosa.

Por isso Vossa Excelência bem compreende quanto sentimos a falta de uma professora religiosa, de uma irmã que saiba do lado de uma sólida instrução cívica (...).

Movidos por este desejo vimos, pois, pedir humildemente a bondade, nunca desmentida de Vossa Excelência, olvidar os erros do passado e favorecer-nos com a nomeação para a dita escola duma professora catequista.

Sumamente, agradecidos pelo grande benefício que esperamos obter de V. Excia., ficamos ao dispor como seus súditos fiéis e dedicados<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Salto Grande, Bom Retiro, ao Interventor Nereu Ramos, em 7 de dezembro de 1941. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1941. Palácio do Governo. APESC.

<sup>22</sup> Abaixo-assinado dos moradores de Baixo-Salto, Nova Trento, responsáveis Luiz

Noto que, se a escola era uma necessidade e levava as comunidades a se organizarem nos pedidos, a prática religiosa e a iniciação das crianças no catecismo, também eram: a existência de escolas e igrejas constituía-se numa referência para a formação, e os colonos se esmeravam para que seus filhos e filhas pudessem catequizar-se e escolarizar-se.

Estas correspondências, parte em forma de abaixo-assinados, mostram a mobilização das comunidades na medida em que se vê assinaturas com grafias ilegíveis de pessoas que mal escrevem o nome, papel com manchas de terra, ao que se pode notar que há vida e desejos nestas preciosas fontes; ou pessoas que se reuniam e assinavam um papel coletivo em torno do interesse comum. Posso interpretar que num tempo em que calar era uma necessidade, estrangeiros e descendentes resistiam com as táticas de que dispunham, juntavam-se e discutiam problemas coletivos; por outro lado, o faziam na esperança de que a benevolência do Interventor os atendesse. A escola, desde a fundação dos núcleos populacionais, representava o lugar de adquirir capital simbólico e, porquanto, de “civilidade”; nesse momento para os colonos estrangeiros e os filhos destes tornava-se imperativo serem “aceitos” na comunidade. Se a escolarização representava uma ruptura com a língua de origem, num processo doloroso, era também salvacionista. Na análise de Christine Revuz, “quanto melhor se fala uma língua, mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem (REVUZ, 1998: 227).

Importante lembrar que boa parte das escolas localizadas em áreas colonizadas por descendentes de imigrantes, algumas disciplinas eram ensinadas em língua estrangeira (ainda que o professor fosse de nacionalidade brasileira), por isso era comum receberem a denominação de “escola estrangeira”. Também os imigrantes se preocupavam em matricular seus filhos nessas escolas, por preferirem que suas crianças fossem escolarizadas no idioma que traziam consigo, e por terem os imigrantes e os alunos dificuldades de comunicação verbal com os mestres de escolas públicas, que falavam apenas o português.

Não foram encontradas cartas com a preocupação dos pais sobre as dificuldades com a aprendizagem da língua, o que é compreensível; se os filhos que não falavam/entendiam o português, era mister que aprendessem e se nacionalizassem, para evitar problemas com a polícia e os inspetores escolares – os pais, por sua vez, atentavam para que os filhos não se traíssem na fala, o que os levaria a serem chamados na escola e até um processo investigativo – um Edital da Secretaria de Segurança Pública do Estado, datado de 28 de janeiro de 1942, dizia: “Ficam proibidos, a contar desta data, os hinos, cantos e saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontado”<sup>23</sup> (Alemanha, Itália e Japão), incidindo sobre os falantes a repreensão, a denúncia, a prisão e até a abertura de processo crime por este delito. E a escola foi uma das primeiras instituições que o imigrante implantou na nova terra, reproduzindo a língua e os costumes.

Encontrei cartas de mulheres endereçadas aos governantes por diferentes motivos. Uma delas foi escrita por Gertrudes Niemeyer, de Itajaí, ao interventor Nereu Ramos, então interventor do Estado de Santa Catarina, no dia 10 de fevereiro de 1943, onde se dizia brasileira, casada e mães de quatro filhos menores – “(...) venho por meio desde (desta) pedir I. Excl. de pôr em liberdade o meu marido Hanz Niemeyer que se acha atualmente internado em Trindade” (campo de concentração). Suas palavras são preciosas na mistura que faz com a língua, trocando letras e palavras femininas para o masculino, evidenciando a dificuldade de expressar-se em português haja vista que sua linguagem cotidiana devesse ser o alemão, entretanto, as idéias aparecem bem organizadas ao longo da missiva; ou, quem sabe, teria recorrido a alguém de suas relações para redigir a carta, revelando condições de produção. Dizia ainda: “Peço a liberdade de meu marido porque não sou mais capaz de sustentar a família como também não sou (estou) mais nas condições financeiras de pagar os impostos da oficina, como o aluguel da casa, chequei no ponto da falta de necessidades, somente meu ajuda urgentemente pelo meu marido pode nos salvar desta miséria”.<sup>24</sup> É uma longa narrativa, contando

<sup>23</sup> Edital da Secretaria de Segurança Pública – Santa Catarina. Diário Oficial do Estado, 28/01/1942. APESC.

<sup>24</sup> Carta de Gertrudes Niemeyer, Itajaí, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis,

que seu marido fora preso e levado para o campo de concentração, e dele não tinha notícias fazia seis meses, pontuando detalhes do momento da prisão, em agosto de 1942. Mostra pedaços do cotidiano familiar, dos filhos, uma memória entrelaçando público e privado, e, evidentemente, afirmando com veemência da inocência do marido. A ênfase, entremeada a minúcias, está na afirmação de que, sem o marido, não poderá sozinha sustentar a oficina, portanto, é necessária a presença do pai – os filhos e o marido são, segundo diz, patriotas, sendo que ele “nunca conspirou contra ao Brasil e nem falava mal de nosso país, em contrário ele ensinou e educou os nossos filhos no sentimento de brasilidade”, apelando, assim, para o “sentimento de justiça” do Interventor, que intervenha para que “meu marido pode (possa) voltar em breve para casa em (na) qual está faltando o sustentador para evitar que uma família caia inocentemente na miséria”, agradecendo ao Governador em nome dos filhos menores.

Para além da prisão, as palavras de Getrudes deveriam sim tocar no coração do governante: a miséria, os filhos, a família que ressentia-se da presença do pai provedor, pautada no ideário do momento. Da mesma forma referiu-se Herta Hessler, de Trombudo Central (Rio do Sul), escrevendo em 4 de outubro de 1943, ao interventor. Brasileira, casada com Siegfried e mãe de 4 filhos menores, relatou que seu marido fora preso em agosto de 1942, em Itajaí, onde morava na época, e conduzido para o campo de concentração na Trindade, ignorando até então o motivo de sua detenção.<sup>25</sup> Esclareceu ainda que o marido “nunca se intrometeu em questões políticas, nem no Brasil e nem no seu país de origem, nunca tendo sido duvidado a brasilidade de sua família”, solicitando que se averiguasse qual a sua culpabilidade, convencida de que não era culpado, e se lhe restituísse “a liberdade o mais breve possível a fim de que possa voltar ao seu lar e trabalhar para pode sustentar sua família, e a mãe que já tem 73 anos de idade, certa de merecer atenção dado o alto espírito de justiça” do Interventor.

---

em 10 de fevereiro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Dez/Jan. de 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>25</sup> Carta de Herta Hassler, Trombudo Central, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 4 de outubro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

Herta e Gertrudes escreveram às autoridades com a o claro objetivo de tocarem nos sentimentos do governante e, ao utilizarem o argumento de brasilidade dos maridos e alegarem a ausência de culpa, enunciaram os problemas pelos quais estavam passando para sustentar suas famílias, portanto, coerentes com o discurso oficial, perfeitamente enquadradas no que era ser mãe na época, e, claro, o que era ser pai – dizem dos papéis sociais aceitos e circunscritos nas relações e construção cultural dos gêneros. Essas mulheres ousaram escrever e usaram de estratégias possíveis diante da contingência das dificuldades com a sobrevivência dos filhos na ausência do marido, recorrendo a estereótipos correntes na época, como a necessidade da presença masculina para a manutenção familiar, conectadas à doutrina estadonovista de amparo à família e à prole, e as mulheres colocadas sob a proteção dos maridos e, em especial, do Estado.

No projeto político e social do governo Vargas apontava-se para a assistência às mães e crianças desamparadas; durante o Estado Novo, a maternidade aparecia como uma forma de unificação moral e social da família. É a mãe a quem é confiada a educação da criança, uma educação que pretendia ser homogeneizante e disciplinadora, mas que fundamentalmente deveria ser patriótica. “A grande importância dada à escola na sociedade catarinense, nos anos 30/40, pode ser relacionada ao novo lugar que a criança e a família foram gradativamente assumindo nas modernas sociedades industriais”, como afirmou Cynthia Machado Campos (CAMPOS, 1992: 142).

Estas mulheres, se por um lado escreveram aos governantes para pedir clemência expressando sua condição de esposas e mães, dependentes dos maridos e por isso deviam ser merecedoras de proteção, por outro, deram conta dos afazeres, reinventaram economias, driblaram a vida cotidiana, tornaram-se chefes de família mesmo que provisoriamente. Quando escreviam, as palavras deveriam ser comedidas e cuidadosamente elaboradas, porque havia o temor de serem mal entendidas, e, para “tocar” no coração do presidente, provocar a benevolência e conseguir clemência para situações em que pulsavam medo, insegurança, os “filhos da pátria” não deviam ser esquecidos. Era a nova geração que se queria, vinculada a uma consciência patriótica, engajada na proliferação dos ideais cristãos e orientada para a defesa dos valores morais em todos os meios sociais e profissionais. Buscava-se uma raça que traria consigo o vigor

de espírito, a firmeza da vontade, a luz da inteligência, a boa saúde e o amor ao trabalho e que, por isso mesmo, se construiria dentro dos imperativos nacionais. Maria Bernadete Ramos Flores analisou este ideário de raça e beleza nos nacionalismos, percebendo os investimentos na higienização e perfectibilidade e a grande valorização do esporte e o grande incentivo à prática da Educação Física. Importante dizer que o aperfeiçoamento da raça só é possível se trabalhada desde a infância; assim, a idéia de uma raça bela passava pela medicina e saúde, pelo controle da sexualidade e educação rígida (FLORES, 1999).

A criança, como a maternidade, a infância e a juventude, receberam atenção especial no Estado Novo, já que representavam o futuro do país, em torno delas, almejava-se a educação homogeneizante, sendo a família responsável, em primeiro lugar, por uma educação patriótica. A trajetória do processo de organização dos serviços assistenciais, a fundação do Instituto Nacional de Puericultura e a criação do Departamento Nacional da Criança exemplificam o empenho do governo Vargas nessa área, visando a abranger a grande maioria da população do país.

Neste sentido, encontrei numa das cartas, a Associação “Joaquim S. Thiago”, fundada em 24 de maio de 1925, em São Francisco do Sul, Santa Catarina, que solicitava ao Interventor Federal de Santa Catarina, Sr. Nereu Ramos, em 11 de fevereiro de 1938, “uma ajuda financeira à Associação, já que a mesma era mantenedora do asilo de órfãos, de velhos e da maternidade”.<sup>26</sup> A súplica foi requerida em nome do nobre caráter moral, econômico e intelectual e da nobre pátria brasileira, para a salvação do estabelecimento de assistência social, como mostra um trecho da carta, assinada pelo Presidente da Associação, Álvaro Pereira do Cabo:

[...] assunto da mais alta relevância social impele-me a este movimento de solidariedade para com os necessitados, vindo pleitear do honrado Governo do Estado, felizmente confiado às mãos experimentadas de um homem de bem e de boa vontade o

---

<sup>26</sup> Carta da Associação “Joaquim S. Thiago”, São Francisco do Sul, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1938. Ofícios Recebidos de Diversos - 1938. Palácio do Governo. APESC, p. 32.



que não tem sido possível até hoje obter de outros elementos de atuação social com a eficiência que se requer para o completo êxito do tentamen (sic) encetado.<sup>27</sup>

O assistencialismo realizado por Nereu Ramos teve o caráter de educar a população, seu corpo e sua mente, disciplinando comportamentos e condutas, para que estas se adaptassem às novas condições que se configuravam no espaço urbano. A idéia de assistência social estava relacionada a uma concepção de homem harmonizado com a finalidade humanizadora do regime, e estrutura familiar funciona como um microorganismo do Estado, onde todos são representantes do Estado e se identificam com a nação.

Também encontrei, numa das cartas assinadas pelo Procurador Geral da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, um apelo aos sentimentos altruísticos e humanitários de Nereu Ramos, já que a Santa Casa de Sobral estava passando por grandes dificuldades financeiras,<sup>28</sup> e havia um grande número de doentes internados. O tom humilde e suplicante das cartas permite constatar que a submissão e a obediência à autoridade não foram apreendidas somente nas cartilhas do Estado Novo, esses valores faziam parte de uma cultura autoritária sedimentada num projeto político que investia em nacionalizar a população através do controle, mas permitindo que os populares se sentissem parte de uma “grande família”, e assim se dirigiam aos governantes. Se havia resistências a este projeto? As cartas sobre prisões e afastamentos mostram que havia reações, e as próprias cartas podem ser interpretadas como táticas que a população utilizava para fazer-se vista, ouvida. O tratamento respeitoso em todas as cartas de que o governante era justiceiro, amável, bondoso, amigo, honrado, homem de caráter, protetor talvez fosse só mesmo tratamento, de resto, devia ficar um nó de rancor pelas perdas com as decisões governamentais.

---

<sup>27</sup> Carta da Associação “Joaquim S. Thiago”, São Francisco do Sul, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1938. Ofícios recebidos de diversos - 1938. Palácio do Governo. APESC, p. 32.

<sup>28</sup> Carta da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, Ceará-Sobral, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, 1937. Ofícios recebidos de diversos - 1937. Palácio do Governo. APESC, p. 29.

Se “a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações” (GOMES, 2004:24), estas cartas trocadas em tempo de guerra e da nacionalização, são de pessoas comuns que, se observadas com cuidado, revelam relações do cenário em que estão contextualizadas, e o momento exigia palavras que tocassem na sensibilidade dos destinatários. Recorriam aos governantes alicerçados em todo um discurso oficial de legitimidade política e social de amparo aos trabalhadores, centralizado na família nuclear, pátria como sentimento, escolarização como lugar de fazer-se brasileiro, de homens úteis e corpos dóceis, mulheres maternais que educavam seus filhos à imagem do bom cidadão, para as quais um pai protetor que não se omitiria de auxiliar em suas dificuldades. Jorge Ferreira, utilizando diversas fontes, percebeu este imaginário popular que dava legitimidade ao discurso oficial (FERREIRA, 1997).

As cartas revelam práticas sociais do lugar e do tempo do relato, fatos vividos no cotidiano da guerra, testemunhos de acontecimentos pessoais e familiares que dão um sentido aos sofrimentos de quem as escreveu. Nas palavras de Maria Teresa Santos Cunha, “o ato de escrever cartas pessoais/íntimas consiste em confrontar-se com códigos estabelecidos e, a partir deles, inventar/construir um lugar para si, através das palavras” (CUNHA, 2002:183-184). São cartas privadas para um destinatário único nas quais, na ilusão de uma resposta, as mulheres e os homens expunham relações da vida privada para o público. Deveriam ser lidas pelo destinatário que, esperavam, tomaria providências. Mas, quem lia realmente as cartas? Um cuidado de análise remonta as condições tanto de produção quanto de recepção, pois, sabemos, acabavam nas mãos de secretários que as separavam e as devolviam aos Estados (caso fossem dirigidas diretamente ao Presidente da República), ou arquivavam, ou eram remetidas para averiguações sobre o caso, isso quando apresentavam denúncias. No momento da guerra, uma carta podia reverter-se em averiguações e, quiçá, num processo e inquérito pelo DOPS.

Ainda é possível perceber que as pessoas que escreveram às autoridades o fizeram como uma súplica e invocaram o espírito de justiça dos Interventores, ou, de que estes eram tidos como justiceiros, sendo que as arbitrariedades das quais falavam não poderia partir deles, mas de pessoas que não tinham sentimentos para com os trabalhadores e pobres. Nesse sentido, não eram o Presidente da República ou o

Interventor do Estado os vilões – afinal, a imagem de que os governantes eram justos estava presente na imprensa, nos programas de rádio, nos discursos: Getúlio era o pai e Nereu Ramos, em nome do pai, devia acolher os pedidos dos desamparados - a política de massas de Vargas permitia que pessoas comuns se dirigissem a ele e seus ministros, como também aos interventores estaduais, com reclames e pedidos de proteção, escolas, trabalho, liberdade, etc. (WOLF, 1994), e condoer-se com as súplicas, ainda mais num momento em que a família era vista como o alicerce da nação, num Estado Novo que pretendia reconduzir as mulheres aos lares e para os papéis de cuidar da prole e submissas aos maridos, grandes úteros da nação (REIS, 1993), e os homens, aos papéis de provedores, viris e másculos corpos.

Interpretando as narrativas, vemos nas cartas a clareza do lugar do qual falam e com quais palavras e linguagem seria possível provocar sentimentos de benevolência dos governantes. A forma de escrita utilizada por estes homens e mulheres mostra uma regularidade tanto nos argumentos quanto na estrutura da escrita e na forma de tratamento, mostrando o momento de sua produção. Se a escrita epistolar tem sempre um destinatário e o escrevente espera uma resposta, os governantes que as recebiam deveriam estabelecer relações de troca, respondendo-as; afinal, se escreviam no calor das tensões entre a repressão aos estrangeiros e o ideário de bom trabalhador, os argumentos deveriam pesar a favor dos demitidos.

As cartas revelam indícios de uma cultura numa época e num meio específico, neste caso, de um momento em que, face aos discursos da pátria/pai/paternal, era possível recorrer diretamente aos governantes e expressar sentimentos. Nas palavras de Camargo, um estudo de cartas, além de revelar lugar e tempo, “consolida uma prática escrita porque entremeia, penetra, constitui e faz o cotidiano” (CAMARGO, 2002:159), entrecortadas de preocupações e angústias com a sobrevivência. Supõe-se, nestas cartas, que o seu teor, sua produção e seu envio fossem discutidos em família, escritas com palavras medidas e contidas, pensados os pronomes de tratamento e adjetivos que fossem eficazes, afluindo subjetividades.

Escrever cartas às autoridades não era novidade no Estado Novo e nem se esgota com ele, porém, os impulsos que levavam pessoas a escrever são bem característicos do Estado Novo e da política nacionalista e paternalista de Vargas. No momento de que ora falo, é

possível ver outras relações para além daquelas que a historiografia tem mostrado, ou seja, dar visibilidade a pessoas que escrevem sobre o que viveram, sentiram, sofreram, sonharam, esperaram, confiaram, desejaram.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *Práticas de leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil (CD-ROM)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAMARGO, Maria Rosa R. M. de. Escreva-me urgente... Um estudo dos elos comunicativos na carta. In: BASTOS, Maria H. C. et al. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1999.

CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normalização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 167-179.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano (Artes de fazer)*. Tradução Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CUNHA, Maria Teresa Santos. "Por hoje é só...". Cartas entre amigas. In: BASTOS, Maria Helena C. et al (Orgs.). *Destinos das Letras. História, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, Itajaí: Univali, 2004.

FÁVERI, Marlene de. A repressão à imprensa nos anos da Segunda Guerra Mundial. In: *Vozes e Diálogos – revista do Laboratório de Mídia, Cultura e Estética* - CEHCOM, ano 6, n. 6. Itajaí: Univali, jul./02 a jun./03.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. In: SILVA, Alcione da et al. *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Unicamp/Papirus, 1986.

REIS, Maria Cândida Delgado. *Tessitura de destinos: mulher e educação*, São Paulo. 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Tradução Silvana Serrani-Infante. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2. ed. Tradução Maria da Glória de Moraes. Campinas, SP: Mercado das Letras; FAPESP, 1998.

SALOMON, Marlon. *As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 9. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

SOUSA, Cynthia Pereira de Sousa. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

VENERA, José Isaias. *Tempo de Ordem: a construção discursiva do homem útil através de dispositivos políticos e educacionais, em Santa Catarina, no período do estado Novo (1937-1945)*. Itajaí, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), UNIVALI, Itajaí, SC.

WOLF, Joel. “Pai dos pobres,” ou Mãe dos ricos”?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: *Revista Brasileira de História – Brasil, 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994, p. 27-60.